

de *A ruiva* (*La Pelirroja*, Editorial Periférica, 2005), galardoada com o Prémio Giovanni Pontiero de Traducción; e de Ricardo Revez, com um esclarecedor artigo (síntese da sua tese de doutoramento) sobre a evolução do pensamento político de Fialho de Almeida no conturbado período do fim da monarquia e da revolução republicana.

Uma palavra final é devida à Editora Licorne, pelo grafismo sóbrio da capa do livro, com o pormenor sugestivo de dois pequenos gatos servindo de ilustração.

Maria Helena Santana

**DO ULTIMATO À(S) REPÚBLICA(S):
VARIÇÕES LITERÁRIAS E CULTURAIS**
**ANNABELA RITA E DIONÍSIO
VILA MAIOR (orgs.)**
Lisboa, Esfera do Caos, 2011
430 páginas, ISBN 9789896800482

“O futuro de Portugal não será o presente nem o passado, mas um misto dos dois. Refletir sobre a República (...) é relevante nesta perspectiva (...). Quem não conhece o Século XIX português e, em particular, o seu último quartel, não pode conhecer o século XXI” (p. 203). O tom ensaístico de João Caetano, em “O lugar da República, em Portugal, entre o séc. XIX e o séc. XX”, justifica, nesta citação de *Do ultimato à(s) República(s): variações literárias e culturais*, aquilo que é, deduz-se, a intenção/objetivo dos editores da obra.

Como explicam os coordenadores, Annabela Rita e Dionísio Vila Maior, na apresentação, este livro compila os contributos de participantes no ciclo de Tertúlias LETRAS COM(N)VIDA (título igualmente de uma revista do CLEPUL – Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), fruto da parceria entre o centro e a Universidade Aberta.

Trata-se de um diálogo multidisciplinar que congregou o contributo de vários nomes da história, cultura e literatura, em torno de vários aspetos da vida coletiva dos portugueses do final do século XIX até à primeira República, sobretudo. Dos 26 textos publicados, diremos que 16 se integram mais na perspetiva histórico-cultural e 10 na perspetiva literário-cultural. A perspetiva económica, social e, por vezes, filosófica, está também presente, por ordem alfabética de autor e não por temática.

O título, abrangente, orienta as expectativas do leitor. Os textos conduzem-nos da angústia financeira do final do século XIX e da crise vivida por D. Carlos à comparação com os sobresaltos um século depois, aos insucessos governativos acumulados ao longo de oitocentos e à intranquilidade que se repercute na literatura, no jornalismo e no teatro, em Lisboa. A nível da cultura literária abordam-se algumas das figuras mais emblemáticas e a reação da *intelligentsia* da época em textos consagrados de Cesário Verde, Fialho

de Almeida, Sampaio Bruno, Sá Carneiro, Gomes Leal, António Patrício e Teixeira de Pascoas. Outros artigos há em que se mostra a vitalidade da literatura portuguesa da época, recorrendo a Almeida Garrett, Eça de Queirós, Guerra Junqueiro e Fernando Pessoa, só para referir alguns. Esta perspectiva mais abrangente da literatura está presente, por exemplo, no artigo de Dionísio Vila Maior, “Do Ultimato ao Ultimatum: a vitalidade nacional” (pp. 113-135).

Como escreve Annabela Rita, a Arte é “o lugar que nos oferece cristalizações do imaginário coletivo e singular, permitindo cartografá-lo, assinalar linhagens e itinerários, assim como descontinuidades” (p. 57). Neste sentido, é impossível dissociar a perspectiva histórica da cultural e da literária. Deste modo, compreende-se o texto de António Moniz, que apresenta o Poeta como a “figura bíblica do levita” que “recebe a missão profética e social de combater como um ‘soldado do futuro’” (p. 80).

Estabelece-se, assim, ao longo do livro, um demorado diálogo sobre tópicos que marcam a nossa cultura desde finais do séc. XIX e que se reflete sobre o que somos, fomos e seremos. Os artigos que constituem o livro abordam temas, autores e textos que favorecem uma visão diferente e diversificada da nossa identidade e das suas crises. Trata-se de um debate que foca as várias facetas da vida coletiva: da política às artes, da literatura à ciência, das personalidades aos factos, das institui-

ções ao enquadramento, do nacional ao internacional, com especial enfoque na cultura.

Ainda que os sistemas políticos não tenham vindo a resolver sempre convenientemente os problemas dos portugueses, a República afirmou-se como um ponto de não retorno na vida coletiva portuguesa, como refere Carlos Leone (p. 109), que acrescenta um comentário muito atual: “Os cidadãos (...) vivem a sua posição política em torno de referências parciais e relativas. Parciais pois são sempre criações circunstanciais, ditadas pelo conhecimento sempre incompleto e dinâmico de ideologias, instituições e pessoas, inclusivamente parcialidade pessoal, a respeito das suas próprias idiossincrasias, das suas memórias, etc. (...) No sistema de governo, assim como nos seus subsistemas (...), essa mutabilidade exprime-se desde a Revolução Francesa em termos de Esquerda e Direita” (pp. 110-111). Esta perspectiva é igualmente partilhada, por exemplo, por João Caetano.

Qual, então, a consequência da passagem da Monarquia à República? Como termina Carlos Leone, esta mudança permitiu flexibilizar o Estado e a governação e “manter a conflitualidade social representada politicamente (na Assembleia) de forma governável (pelo executivo), sem nunca incorrer em cristalizações, de tipo corporativo ou outro, sempre ilusórias” (p. 111).

Sobre as comemorações do centenário da República fica a visão lúcida,

também de Carlos Leone: “Assim, a República é afinal nas comemorações ‘a I’ República; sobre esta, os termos reduzem-se aos da historiografia, pois a memória coletiva há muito se perdeu; a realidade complexa que a implantação da República foi perde-se, ou diminui, na necessária versão unificada que o discurso comemorativo oficial, de qualquer evento, se vê obrigado a gerar para ser eficaz” (p. 106).

Os autores tentam passar a mensagem de que a República não se reduz a uma data. Mais de um século depois, mas sob um panorama social e político com nuances distintas, interrogamo-nos como os nossos antepassados fizeram diante do ultimato britânico: Que futuro para Portugal? (p. 221). A resposta tenta dá-la João Caetano no final do seu texto: “se não é possível ao Estado e à sociedade decretar a felicidade, podem menos inspirar o talento, e esse é grande desafio para o futuro” (p. 222).

Ao longo dos textos, confrontamo-nos com a perspetiva implícita, na generalidade dos artigos, e explícita (veja-se o texto de João Caetano) de que o Portugal do início deste século enfrenta problemas da mesma índole dos do final do século XIX. O recuo ao século XIX permite-nos perceber que Portugal se tornou num país de segunda linha após a perda do Brasil, em 1822, “sem capacidade nem força anímica” (p. 215). João Caetano recorda ainda que a causa das dificuldades financeiras de Portugal, já na altura, estava nas ins-

tituições e não no tipo de regime, como lembrava Salazar (p. 218).

Nesta coletânea de textos está presente a discussão da imagem de um país à beira do abismo, reiterada ao longo de séculos e que a República e as novas instituições que fundou não conseguiram afastar. Trata-se de um país a viver nas suas apertadas fronteiras, a viver de recursos alheios e não fruto do seu trabalho (p. 241). A questão está em encontrar a solução para o problema secular. Joaquim Miguel Patrício retoma o *Diário XIV*, de Miguel Torga, onde se pode ler que a chave para o sucesso do país estaria na capacidade adaptativa e criativa dos portugueses.

Este é um livro sobre variações históricas, culturais e literárias. É certo que o adjetivo “históricas” não está no subtítulo do livro, como se para evitar uma redundância, pois subentende-se ao falar-se no período de tempo compreendido entre o Ultimato e a(s) República(s). Os aspetos históricos são transversais aos artigos, mas são sobretudo os aspetos culturais que enformam todos os textos.

Mostrando uma revisão cuidada, a obra poderia conter uma síntese dos dados biobibliográficos dos autores e ter optado pela utilização do acordo ortográfico em todos os textos e não apenas em alguns.

Estamos, pois, em presença de um volume que sobressai pela interdisciplinaridade que estabelece entre os vários domínios (histórico, social, económico, cultural e literário) implicados

na evolução histórica de um país. Uma reflexão enriquecida pelo contributo de especialistas destas várias áreas, bem-vindo numa altura que é tão premente ‘pensar Portugal’.

Lola Geraldine Xavier

MISOGÍNIA E ANTI-FEMINISMO

EM FERNANDO PESSOA

JOSÉ BARRETO

Lisboa, Babel, 2011

154 páginas, ISBN 9789726172369

No final de um texto incluído neste livro, uma voz interveniente no diálogo que começa com a pergunta “– Porque é que as mulheres se detestam tanto umas às outras?” faz uma observação relevante para o entendimento de qualquer interpretação: “As nossas interpretações são bocados que extrahimos da realidade; e como os extrahimos de lá e eles assim ficam truncados e irreaes, injetamos-lhes vida raciocinando-os. Assim recompomos a realidade. Obtemos (...) uma realidade de uma outra espécie, correspondente á outra a seu modo. Mas correspondência absoluta não pode nem deve haver. Corresponder á realidade é ser incompreensível. Para compreender a vida temos que substituir o que lhe tiramos de real e vida pelo que lhe pomos de compreensível e intellectualmente vivo. (...)”.

Em relação ao estudo de José Barreto em apreço, como em relação a qualquer outro, interessa então perceber a “rea-

lidade” de que parte, os “bocados” que dela foram extraídos, a injeção de vida que nela foi administrada. A “realidade” de que parte é sobretudo o espólio de Fernando Pessoa; os “bocados”, o conjunto de documentos e livros com interesse para se compreender o pensamento de Pessoa no que diz respeito à misoginia e ao antifeminismo; a injeção é uma leitura frequentemente cruzada entre os documentos selecionados, certos livros e anotações neles lançadas, tendo como pano de fundo as tensões que no início do século XX se manifestavam na política, na sociedade e ainda na arte em torno do papel da mulher no mundo ocidental.

Há dois problemas de índole diversa, se bem que com afinidades, para quem tencione pôr em prática um programa tão ambicioso como o atrás descrito.

O primeiro, que costuma ser elidido por causa da convicção instalada da equivalência entre qualquer forma de escrita e compromisso, é o de estimar o peso que documentos de arquivo têm no pensamento de um autor; o segundo consiste em tentar perceber se a posição do autor objeto de atenção se manteve inalterada ao longo do tempo. O primeiro problema é elidido por José Barreto, à semelhança, de resto, do que é prática corrente nos estudiosos de espólios, em Portugal e não só. Uma consequência local deste ponto de vista é, por exemplo, a sugestão de pioneirismo por parte de Pessoa materializada num documento, possivelmente de 1905, onde apresenta um programa